

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE PARA ALUNOS COM TOD**

Clara Galdini (UEL)

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo apresentar as experiências vivenciadas no Estágio Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras-Português da Universidade Estadual de Londrina, relatando as observações e regências realizadas e enfatizando as análises críticas em relação à falta de atenção por parte dos docentes no que diz respeito à inclusão de alunos NEE (Necessidades Educativas Especiais) nas atividades em sala de aula. A experiência foi realizada nas turmas de Ensino Médio de um Colégio Estadual Cívico-Militar localizado na cidade de Ibiporã-PR, acompanhando as disciplinas de Língua Portuguesa e Oratória. A presença de um aluno com TOD (Transtorno Opositor Desafiador) e a ausência de informação e atualização sobre mecanismos didáticos de inclusão pelos professores, que causam sua exclusão nas atividades em sala, inspiraram a urgente discussão tema deste estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva, Estágio Supervisionado; Transtorno Opositor Desafiador.

### **Introdução**

O Estágio foi realizado no período de outubro e novembro de 2023 em três turmas, 2º anos A, B e C, no turno matutino, com o acompanhamento de quatro professoras de Língua Portuguesa, uma para cada sala, sendo que a quarta ministrava as aulas de Oratória. O contato com docentes diferentes foi imprescindível para conhecer as particularidades de cada um, como as preferências em relação ao uso da plataforma RCO (Registro de Classe Online), disponibilizada pelo governo do estado, e a forma como lidam com a indisciplina dos alunos. Cada professora tinha uma orientação própria em relação às aulas e atividades preparadas para a regência.

Nas observações em Língua Portuguesa, houve o contato com diferentes tópicos gramaticais e/ou gêneros textuais, todos previstos pelo RCO. A regência acompanhou esses conteúdos conforme a necessidade de cada núcleo, cumprindo a carga horária proposta. Em relação à leitura de paradidáticos, foi utilizada a plataforma "Leia Paraná", mas cada professor tinha um método diferente para a escolha dos livros. Em Oratória, disciplina iniciada com o Novo Ensino Médio, foi acompanhado o desenvolvimento de uma rádio com os alunos.

As observações marcaram experiências distintas, e a presença de um aluno NEE (Necessidades Educativas Especiais) no 2ºC, considerada a melhor turma da escola, tornou-se

o objeto de estudo principal do relatório de estágio. A professora responsável pelas aulas de Língua Portuguesa na turma, mesmo com anos de experiência na docência, demonstrava dificuldade em lidar com o aluno, deixando-o deslocado, livre para andar pela sala e escolher fazer ou não as atividades propostas, com receio de causar discussões e chateações, que são frequentes ao gerar situações de enfrentamento com alguém diagnosticado com TOD (Transtorno Opositor Desafiador). Na sala dos professores, havia a orientação de ignorá-lo. Alguns demonstravam-se pessoalmente revoltados com o adolescente, diminuindo sua condição, numa atitude preconceituosa e negacionista, enquanto outros, assim como a professora mencionada, lamentavam o descaso e a falta de informações voltadas para a inclusão disponibilizada para os docentes.

Este artigo busca, além de realizar o relatório das observações e regências do estágio, discutir a necessidade do contato com a Educação Inclusiva na prática docente, para que as individualidades sejam respeitadas e tenham o seu espaço dentro da Escola Pública.

## **1 Observações e Regência no 2ºA: a criação da rádio e o uso do Chat GTP**

Neste primeiro momento, serão apresentadas as experiências no 2º ano A.

Em Oratória, as propostas sempre são voltadas para a comunicação oral. A primeira atividade realizada e concluída pela turma no primeiro semestre foi a criação de um *Podcast*, e desta vez eles tinham a missão de elaborar uma rádio para ser escutada por toda a escola durante o intervalo. Os alunos se empolgaram: dividiram as funções para quem seria o locutor geral, o responsável pela temperatura, esportes, notícias, horóscopo, etc, e ainda, escolheram uma música famosa do momento para tocar na transmissão. A professora sugeriu o gênero Sertanejo, por ser popular na região Sul e presente no repertório cultural dos adolescentes. Além disso, ela apresentou de forma teórica a estrutura da rádio e sua importância para a história do jornalismo, da arte e do lazer. Mesmo não sendo um gênero tão presente na vida dos jovens, eles demonstraram interesse em participar.

Em Língua Portuguesa, além de observações, praticou-se também a regência. A metodologia da professora baseava-se na preferência pelas atividades do RCO e a produção dos textos propostos na plataforma, além das aulas teóricas no quadro, de forma tradicional. O contato com ela foi de bastante proximidade e ótimo para conhecer a realidade dos professores.

Durante as observações, foi realizada a correção de poemas elaborados pela turma na plataforma. Alguns demonstraram-se criativos, sabendo brincar com a linguagem, enquanto outros apresentavam poemas complexos e de difícil compreensão, dando indícios do uso da Inteligência Artificial. A plataforma online faz a primeira correção da redação, dando 40% da nota para o aluno, porém ela não percebe o uso do Chat GTP, sendo esse trabalho destinado a professora. Como estratégia, conhecendo o aluno, sua forma de dialogar e seu repertório literário, ela perguntava o que significava determinada palavra colocada no poema ou pedia para ele explicar o porquê de seu uso, notando o plágio imediatamente.

A professora trabalhou gírias e vícios da linguagem, elaborando um mapa mental na lousa com ajuda dos alunos, em que cada um mencionava uma palavra que se encaixava no tema. Apareceram palavras e expressões como: “mano”, “meu Deus”, “nossa”, “tipo assim”, etc. A turma participou ativamente da brincadeira, se empolgando e ajudando a preencher o quadro.

Iniciei as regências no 2ºA na semana anterior ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), após a professora dialogar com os alunos sobre o interesse deles em prestar a prova como treineiros e notar que muitos estavam interessados. Ao compartilhar experiências, foi proposta a elaboração de uma breve aula sobre a estrutura e dicas para realizar a redação. Para isso, apresentei a minha, realizada no ano de 2019, com nota 960, contando vivências pessoais e dificuldades que tive no Ensino Médio, a fim de gerar uma aproximação e identificação. A aula serviu como um diálogo aberto, incentivando-os a seguirem o caminho dos estudos e mostrando que são capazes de produzir uma boa redação, independente do tema. Foram também ministradas aulas de Coesão e Coerência para a turma, com planejamento próprio do estagiário, sem o uso da plataforma.

## **2 Observações e Regência no 2ºB: o cumprimento total das exigências do RCO**

A experiência no 2ºB foi marcante para o uso da Plataforma RCO. A professora demonstrava preferência pelo cumprimento total das exigências, não dando liberdade, por exemplo, para que as regências do estágio fossem elaboradas de forma livre, devendo seguir as aulas prontas com os temas que estavam previstos. Ela enviava os slides em formato de *Print* para que os utilizassem na elaboração dos planos de aula, apresentando-os para os alunos na televisão, acompanhando a leitura e as atividades propostas neles. Ainda, era

realizada a chamada de forma *online*, e quando não funcionava a câmera que marcava presença através do reconhecimento facial dos alunos, deveria ser feita manualmente pela plataforma.

Logo no primeiro encontro, foi solicitada uma breve explicação sobre o gênero Resenha Crítica, considerando que os alunos deveriam produzir uma sobre o livro que escolheram na Plataforma “Leia Paraná”. Cada um foi orientado a escolher um livro de preferência individual, independente do autor, escola literária ou período histórico, havendo desde resenhas sobre *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) a *Diário de um Banana* (2013). A regência foi realizada no laboratório, para que a produção fosse feita logo em seguida. Todas as correções das produções textuais e das atividades do “Se Liga” fizeram parte das observações. Também foram ministradas aulas da Plataforma com os temas: Leis e Projetos de Leis, e Texto Legal: Gênero Edital.

A experiência no 2ºB foi importante para entender melhor o movimento da plataformização do ensino. Em relação ao “Leia Paraná”, a escolha diversa de livros prejudica o aproveitamento literário, considerando que quando há unanimidade da obra lida pela turma, há o compartilhamento de experiências de leitura sobre o mesmo objeto, entre alunos e professores, enriquecendo a atividade. Ainda, é possível defender, a partir de um entendimento teórico acumulado pela graduação em licenciatura sobre a importância da docência autêntica no preparo de material para as aulas, a liberdade de criação e autonomia do professor. Limitar-se àquilo que é exigido pela plataforma prejudica essa autenticidade e a formação do aluno, considerando que os slides e atividades não têm o aprofundamento necessário para prepará-los para provas como o Enem e demais vestibulares.

### **3 Observações e Regência no 2ºC: “a melhor turma da escola” e o aluno NEE**

O 2ºC foi apresentado como a melhor turma da escola, caracterizada pelos professores por haver alunos com notas boas, que participam das aulas e realizam bons trabalhos. A professora de Língua Portuguesa preocupava-se com a elaboração de suas aulas e atividades, trazendo materiais diferentes que despertavam o interesse nos alunos. Ela raramente seguia o que estava sendo exigido na plataforma, limitando-se, nesse caso, apenas às atividades que deveriam ser entregues obrigatoriamente, como as produções textuais.

No início das observações, foi trabalhado o gênero Crônica. Após a aplicação da teoria pela professora e a produção no laboratório, realizou-se a correção. A experiência com o corretor *online* disponibilizado pela plataforma ocorreu em todas as turmas, mas ainda há a preferência pela correção manual. A tecnologia serve para facilitar as funções, mas em alguns casos, como a correção de redação, não parece ser a melhor opção. Depois de lançar as notas, a professora selecionava algumas produções interessantes ou com a presença de desvios (ela não utilizava o termo “erro”), e imprimia uma cópia para cada, mantendo o autor anônimo, para corrigir na lousa junto com os alunos. Essa dinâmica é essencial para aproximá-los da elaboração do gênero, apresentando o que eles mesmo produziram como exemplo.

Foi notável a dificuldade dos alunos com os elementos coesivos nas produções, e aproveitando a aula aplicada no 2ºA sobre Coesão e Coerência, foi elaborada uma lista de exercícios sobre o uso correto desses elementos em orações. Assim, a regência contou com a participação ativa dos alunos na resolução e compartilhamento da atividade, em grupos.

A regência com a presença do professor responsável pelo estágio foi realizada nesta turma, com o tema Regência Verbal. O plano de aula contava com a apresentação de uma crônica como repertório para a turma, que estudou recentemente o gênero, uma breve exposição do conteúdo e realização, em grupos, de exercícios. Foi orientado, durante as explicações, retomar o uso do “conversar com o verbo” na didática, e sobre o perigo de utilizar, nos objetivos esperados no plano de aula, verbos como “compreender”, que indicam abstração, já que não há meios de comprovar que houve realmente a compreensão.

O aluno com TOD participa dessa turma, excluído por não aceitar participar das aulas, atividades e dinâmicas propostas. Porém, durante as regências do estágio, seu comportamento foi o oposto, ou seja, ele fez as atividades, tirou dúvidas e dialogou com a estagiária, além de aceitar realizar as atividades com os colegas. O próximo tópico pretende explicar esse comportamento desafiador tão característico de sua condição e elaborar meios de atender às suas necessidades e aproximá-lo da sala de aula.

#### **4 Educação Inclusiva: o TOD e as estratégias de aprendizagem**

O Transtorno Opositor Desafiador é temido pelos professores por ter como principal característica o padrão persistente de comportamentos desafiadores, hostis e desobedientes em relação a figuras de autoridade. O transtorno psicológico afeta, principalmente, crianças em

idade escolar, prejudicando suas vivências sociais e levando a diversos prejuízos ao longo da vida. Logo, é importante salientar que a exclusão e isolamento do aluno com TOD na sala de aula não é recomendado, já que colabora com a sensação de frustração, aliando-se aos sintomas, e impede que esse sujeito possa desenvolver as habilidades sociais e emocionais necessárias para lidar com diversas e naturais situações de sua vida.

Com a evolução da sociedade e as novas visões de mundo e ensino, tornou-se necessário discutir uma educação inclusiva, que abrace as diversidades. A partir de Crochík e Crochík (2008), há o entendimento de que a escola acompanha as mudanças sociais, mas de forma lenta e contraditória, considerando que o progressismo e o conservadorismo são simultâneos. Logo, a ideia de homogeneização dos sujeitos ainda prevalece quando se trata de sala de aula. É certo que, ao lidar com mais de quarenta alunos ao mesmo tempo, num contexto de hora-aula que precisa ser cumprida, é desafiador para o professor conhecer a realidade pessoal de cada um e, até mesmo, adaptar sua prática didática de modo que fique confortável para todos. Com isso, há a manutenção de métodos tradicionais de ensino, que favorecem a unificação, como se todos saíssem do mesmo degrau e tivessem as mesmas condições neuro, psicológicas e sociais de aprender, e se algum aluno não conseguir acompanhar, ele reprova, desiste e principalmente, entende que a sala de aula não é o seu lugar, quando na verdade é o seu direito.

A homogeneização/uniformização não combina com a escola, que deve ter como característica a pluralidade, já que é uma microrrepresentação do que é verdadeiramente essa sociedade plural. As singularidades precisam ser respeitadas e terem seu espaço. Os alunos não são iguais, e quando carregam diagnóstico, cabe ao sistema educacional dar meios para que ele seja incluído e exerça o seu direito de acesso ao conhecimento e cultura historicamente produzidos pelo homem, que são preservados pela escola, ambiente com a função de favorecer o compartilhamento de experiências e visões de mundo distintas, em que cada um deve se reconhecer e ser reconhecido em todos. Além disso, a convivência com a diversidade tem caráter pedagógico quando se compreende que a missão é formar seres humanos. Crochík e Crochík (2008) defendem que a essência do caráter humano está na diferença. Ramalho (2015) acrescenta que:

[...] a diversidade existente no grupo irá favorecer a troca de experiências e o crescimento de cada indivíduo, propiciando dessa forma que os alunos tenham as mesmas oportunidades, mas com estratégias diferentes. (Ramalho, 2015).

A educação inclusiva tem a função de oferecer recursos para a homogeneização tornar-se obsoleta. Tomando como base a teoria do estigma de Goffman (2004), os sujeitos que se autodenominam “normais” deixam de enxergar aquele socialmente visto como “estranho” e o consideram uma criatura diferente, reduzindo-a a uma pessoa estragada, fraca ou até mesmo perigosa. Ou seja, a exclusão e a ignorância em relação às diversidades são mantidas por aqueles que se enxergam com superioridade por não possuírem determinadas características não-desejáveis. Portanto, o professor deve compreender seu papel protagonista em tomar a frente e buscar esses recursos inclusivos, abandonando os estigmas historicamente reproduzidos, para olhar o aluno NEE sob a ótica da empatia, como um ser humano igual, capaz de aprender, se comunicar e produzir cultura. Ao se colocar nesse papel, o docente assume a função de “informado”, simpatizando com a condição do outro. Goffman (2004) utiliza o termo “seres normais” e “seres com defeito” ironicamente.

Os "informados" são os homens marginais diante dos quais o indivíduo que tem um defeito não precisa se envergonhar nem se autocontrolar, porque sabe que será considerado como uma pessoa comum. (GOFFMAN, 2004).

A partir dessa discussão, é possível traçar quais as estratégias de ensino inclusivo que devem ser buscadas pelo docente. Ao saber que na turma de regência há um aluno NEE, primeiramente, o professor precisa buscar informações sobre o diagnóstico apresentado, aproveitando do livre acesso à informação permitido pela tecnologia atual, e entendendo minimamente do que se trata, para quebrar quaisquer estigmas pré-conhecidos. Em seguida, é necessário entrevistar a família e o próprio aluno, abrindo espaço para compreender suas particularidades, seu comportamento e sua história, ainda perguntar suas preferências no que se diz aos estudos, formato de aula e atividades diferenciadas. Por fim, cabe a esse agente da inclusão, o professor, planejar uma aula que ofereça ao aluno condições para acompanhar o conteúdo e participar das dinâmicas em sala. Apesar das dificuldades existentes no sistema educacional, urge o esforço de tomar atitudes como essa para quebrar os padrões excludentes.

Cada transtorno ou deficiência tem a sua particularidade. No caso do TOD, o professor deve seguir os mesmos passos apresentados, chegando às seguintes estratégias: adaptar sua pedagogia com base na previsibilidade, ou seja, deixando o aluno seguro daquilo que será passado em cada aula; entender-se como igual a ele, se colocando no mesmo nível, sem demonstrar qualquer superioridade, assim o adolescente será capaz de ver seu professor



como aquele que precisa ensinar para alguém que precisa aprender; não demonstrar comportamentos rígidos e autoritários ao longo das aulas com os demais alunos, dando um exemplo de empatia, comunicação livre e respeito a ser seguido, oposto aos sintomas de seu transtorno. Essa relação deve ser construída diariamente, cautelosamente e respeitando o tempo e necessidade do aluno, vendo-o como um sujeito além de seu diagnóstico. Não é uma missão rápida e fácil, mas é a chave para uma educação inclusiva que visa a diversidade.

### **Considerações finais**

A escola pública é o caminho para o acesso universal à cultura historicamente produzida pela humanidade de forma gratuita, sendo um direito de cada indivíduo, independentemente de sua classe social. O acesso à educação tem base libertadora, colaborando com a formação de um sujeito crítico e pensante, apto a romper os padrões excludentes socialmente construídos. Assim, o ensino público deve estar inserido num espaço amplo, laico e democrático, que ofereça palco para que as diversidades se encontrem, de forma segura e livre. Todos têm o direito de viver as próprias diferenças e conhecer outras na escola.

O docente tem o dever de entender sua importância na manutenção das diversidades, criando uma sala de aula que seja respeitosa e segura, compreendendo e defendendo a individualidade de cada aluno acima de quaisquer conteúdos, apostilas ou notas. O sistema educacional não deve ser limitado nem meritocrático, considerando que num país majoritariamente excludente e desigual como o Brasil, não faz sentido pensar em mérito individual. O erro da escola é tentar massificar e homogeneizar o que é tão plural como a infância, prevalecendo a crença de que todos os alunos saem do mesmo degrau e têm as mesmas condições de aprendizagem. O professor deve adaptar, reconhecer, mudar e valorizar as diferenças, não limitando-se àquilo que está em plataformas ou livros didáticos. A docência também diz sobre a individualidade do professor, que é totalmente responsável por suas escolhas, mesmo e, no caso, principalmente, se forem excludentes.

Cada sujeito dentro de uma sala de aula carrega consigo uma história de vida que modifica diretamente a forma como ele absorve aquilo que está sendo ensinado. Um aluno NEE tem uma bagagem pesada demais para ser carregada sozinha, precisando de ajuda, não apenas do professor, mas também da comunidade escolar como um todo. Em outras palavras,



a educação inclusiva só será possível se houver a colaboração de todos na criação e manutenção de um ambiente saudável e preocupado com a acessibilidade. É preciso respeitar as individualidades e abrir espaço para a pluralidade, permitindo que esses alunos exerçam plenamente e com dignidade, o seu direito como cidadão.

## REFERÊNCIAS

CÁCERES, Nilcéia Gonçalves; SANTOS, Nataniel Gomes dos. **Conhecendo o transtorno opositor desafiador -TOD- e estabelecendo relações de aprendizagem escolar**. Revista Philologus, Ano 24, nº 72. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2018.

CROCHÍK, José Leon; CROCHÍK, Nicole. **Teoria Crítica e educação inclusiva**. InterMeio: Revista do Programa De Pós-Graduação em Educação - UFMS, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Ponte de Lima: Coletivo Sabotagem, 2004.

RAMALHO, Lays da Silva. **Diversidade cultural na escola**. Rev. Diversidade e Educação, v.3, n.6, p. 29-36, jul./dez. 2015.